

**Reunião (online) com Programas notas 3 e 4  
Fórum de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Abrasco  
11 de junho de 2019**

A reunião foi proposta pela coordenação do Fórum para discussão sobre possíveis estratégias a serem pensadas e pactuadas por todos os programas da área, de modo a resistirmos sobre os constantes ataques, não apenas à pós-graduação do país, mas à toda área de ciência e tecnologia, com importantes repercussões para a Saúde Coletiva e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira.

O encontro contou com cerca de 30 participantes, de diversas regiões do Brasil, com predominância de cursos notas 3 e 4, além dos representantes de área na Capes, Bernardo Horta e Cláudia Leite. Após intensa discussão sobre o contexto atual e relatos de ações desenvolvidas nas respectivas instituições diante de tal contexto, alguns encaminhamentos foram propostos:

1 – Embora os cortes de recursos estejam sendo direcionados aos programas com menor nota, ficou claro que todas as ações a serem desenvolvidas pelo grupo deverá contar com a explícita participação de todos os programas da área, incluindo aqueles já consolidados e considerados de excelência internacional. Esse aspecto é importante para que possamos demonstrar a unidade da área e o reconhecimento de que sua existência depende de todos os programas incluídos no sistema, que desempenham papéis importantes em diferentes níveis, seja local, regional, nacional ou internacional.

2 – As ações a serem propostas deverão considerar: (a) o incentivo ao debate em cada instituição, de modo a provocar um posicionamento institucional sobre a situação atual e não apenas daqueles programas que sofreram, nesse momento, os impactos dos cortes anunciados; (b) propor movimento interno da área, de modo que a Abrasco possa nos representar e dialogar com outras instituições, como a SBPC, para explicitar posição contrária aos ataques do governo, buscando demonstrar a relevância do sistema de pós-graduação para o desenvolvimento do país; (c) pensar e trocar experiências exitosas sobre como fazer a divulgação para a comunidade das ações dos programas de pós-graduação, de modo a mostrar a relevância das pesquisas desenvolvidas nesse âmbito e sensibilizar a sociedade para também se mobilizar em relação a essas questões.

3 – Como possibilidades imediatas, foi proposto ainda que seja pensado um abaixo-assinado eletrônico, que possa circular em diferentes veículos, com a proposição de reverter os cortes anunciados e garantir o financiamento para a área de ciência e tecnologia, dada sua relevância para o desenvolvimento de uma nação. Sobre esse ponto, deve-se ainda pensar melhor sobre os elementos que iriam constar nesse abaixo-assinado (seria reversão do corte de bolsas? Garantia de liberação dos recursos – PROAP e PROEX? Seria apenas uma reivindicação da pós-graduação?).

4 – Outra ação seria buscar diálogo com parlamentares, de modo a sensibilizá-los sobre esse retrocesso na área científica e ter aliados para provocar essa discussão no meio político.

5 – Foi mencionado ainda a importância de termos um Documento de Área que explicita a

posição política do grupo e possa direcionar a avaliação, para que não haja prejuízo para os próprios programas nesse processo. Embora a primeira versão do documento já tenha sido encaminhada para avaliação pelo CTC, ter atenção para os indicadores da ficha e para a composição da comissão de avaliação pode assegurar os acordos de que a área precisa se fortalecer e não ter uma avaliação punitiva, sobretudo para os cursos com notas mais baixas.

6 – Houve ainda sugestão de que outros encontros como esse pudessem acontecer, de modo que os programas possam continuar trocando experiências e colocando dificuldades, possibilitando nos conhecer e nos fortalecer como área do conhecimento.

7 – Sobre a Portaria No. 256, de 23 de novembro de 2018, que trata das “fusões, desmembramentos e migrações dos programas de pós-graduação stricto sensu”, o grupo entende que ainda não temos elementos suficientes para o adequado entendimento dessa proposta. Ainda assim, foi informado que a fusão se aplicaria nos casos em que a instituição possua mais de um curso semelhante, lotados na mesma área da Capes, e que poderiam se fundir buscando fortalecer o sistema. No entanto, entendemos que fusões com programas de outras áreas poderiam ser prejudiciais para a Saúde Coletiva e essa estratégia não deve ser vista como uma forma de “sobrevivência” dos programas, pelo simples fato de que o mesmo tenha recebido conceito 3 em mais de uma avaliação.

7 – Para que algumas questões acima possam ser encaminhadas, foi sugerido ainda que os programas pudessem enviar, de forma resumida, os impactos na sociedade gerados pelos projetos desenvolvidos, além de mencionarem o quantitativo de recursos que foram retirados, incluindo as bolsas da Capes e agências estaduais. A sistematização desse aspecto deve ser ainda pensada e divulgada entre os programas.

Mônica, Sérgio, Ricardo

**Coordenação do Fórum Nacional de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**